

Ambientalistas discutem plano para Amazônia

■ Seminário analisa o uso econômico da floresta sem esgotar seus recursos

MARCELO NINIO*

MACAPÁ - Conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios naturais da Amazônia. Para promover esses objetivos, 150 especialistas em meio ambiente deram início ontem a um seminário de consulta em que serão avaliados dados coletados nos dois últimos anos pelo Instituto Socioambiental (ISA), de São Paulo. Nos próximos três dias, eles se debruçarão sobre 21 mapas temáticos e antigas para responder a uma pergunta fundamental para a preservação da Amazônia no próximo século: como explorar economicamente a floresta sem esgotar seus recursos naturais?

O seminário faz parte do compromisso de avaliar as potencialidades ambientais do país, assumido pelo governo brasileiro na Convenção da Biodiversidade, que foi assinada durante a Eco-92, no Rio, e ratificada dois anos depois pelo Congresso. Três regiões já passaram pela avaliação: Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal. Segundo o biólogo João Paulo Capobianco, coordenador-geral do seminário, o encontro tem grande importância por estar voltado para a elaboração de uma agenda com propostas concretas. "O fato inédito é que estaremos cruzando fatores biológicos com informações sobre a ocupação da Amazônia. Assim, será possível definir regiões e ações prioritárias", diz.

A esperança dos ambientalistas é de que os resultados modifiquem a política governamental de ocupação da Amazônia. Capobianco afirma que os "eixos de desenvolvimento" do

plano Brasil em Ação na região cortam os corredores ecológicos estabelecidos pelo governo, além de abrir novos focos de ação predatória: "De um lado, o governo destrói, de outro, tenta preservar. Temos que integrar essas políticas." O biólogo insiste em que a vontade dos moradores locais deve ser respeitada. Daí a preocupação em repartir os benefícios. "Não adianta entregar a exploração a empresas de fora, quando esta não favorece a população local", argumenta. Um projeto de lei do PT do Acre, em tramitação no Congresso, propõe que as comunidades locais tenham poder de veto sobre qualquer atividade econômica realizada na região.

Frutas - Uma das prioridades do seminário é sugerir novas oportunidades econômicas, que incentivem atividades não predatórias, como a extração de frutas. Há atualmente uma centena de projetos de produção sustentável com recursos amazônicos à espera de investimento do governo. Os ambientalistas esperam substituir as atividades que degradam a floresta, como a produção madeireira e o cultivo de soja, por outras menos danosas. "A soja só se tornou viável na Amazônia graças aos milhões investidos pelo Banco do Brasil", afirma Capobianco, que denuncia a ação das madeireiras como a maior ameaça à floresta.

Promovido por um consórcio de entidades contratado pelo Ministério do Meio Ambiente, o seminário termina no sábado, quando serão divulgados os resultados.

*Viajou a convite dos organizadores do seminário.

